

Organizadores
LEONARDO GARCIA
ROBERVAL ROCHA

COLEÇÃO
DESVENDANDO 
Bancas&Carreiras

Coordenador
William Akerman

VUNESP

Carreiras Jurídicas

2019

 EDITORA
*jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. AGENTES PÚBLICOS

1.1. Disposições Gerais

.....

1. (Vunesp/PC/CE/Escrivão/2015) A respeito da contratação de pessoal no serviço público, por tempo determinado, a Constituição Federal dispõe que:

- a) a lei estabelecerá os casos para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) é limitada aos cargos de direção, chefia e assessoramento.
- c) é expressamente vedada.
- d) é limitada ao preenchimento de cargos de confiança do Poder Executivo.
- e) a lei regulará as situações passíveis de serem atendidas limitadas às funções e aos cargos de confiança

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

.....

- (a) Art. 37, inc. IX, da CF.
- (b) A contratação por tempo determinado não é destinada a prover cargos de direção, chefia e assessoramento.
- (c) O art. 37, inc. IX, da CF, de forma expressa, permite a contratação por tempo determinado.
- (d) A contratação por tempo determinado não é destinada a prover cargos de confiança.
- (e) A contratação por tempo determinado não é destinada a prover funções e cargos de confiança.

Para responder, tem que estudar: lei.

Gabarito: A ■

.....

2. (Vunesp/PGM/São Paulo/Procurador/2015) Segundo os parâmetros estabelecidos pela Constituição, o servidor público estável só perderá o cargo:

- a) se sofrer condenação criminal por órgão colegiado, independentemente do trânsito em julgado.
- b) se for extinto ou declarada a sua desnecessidade.
- c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- d) se for investido no cargo de vereador e não houver compatibilidade de horário.
- e) se investido no mandato de Prefeito.

.....

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) A perda do cargo do servidor estável depende do trânsito em julgado da decisão judicial (art. 41, § 1º, inc. I, da CF).

(b) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável será posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (art. 41, § 3º, da CF).

(c) Art. 41, § 1º, inc. III, da CF.

(d) Não perderá o cargo efetivo. Havendo incompatibilidade de horário, ficará apenas afastado, enquanto exerce o mandato de Vereador, sendo-lhe facultado optar pela remuneração daquele (art. 38, incs. II e III, da CF). Se houver compatibilidade de horários, o Vereador pode cumular o mandato e o cargo (art. 38, inc. III, da CF).

(e) Não perderá o cargo efetivo. Ficaré apenas afastado, enquanto exerce o mandato de Prefeito, sendo-lhe facultado optar pela remuneração daquele (art. 38, inc. II, da CF). Ao contrário do Vereador, o Prefeito jamais pode cumular o mandato e o cargo.

Para responder, tem que estudar: lei.

Gabarito: C ■

.....

3. (Vunesp/TJM/SP/Técnico/2017) O servidor público estável só perderá o cargo:

- a) se preso em flagrante por crime inafiançável.
- b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) no caso de extinção do cargo.
- d) quando posto em disponibilidade há mais de cinco anos.
- e) mediante procedimento de avaliação mensal de desempenho.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) A prisão em flagrante, por si só, não é motivo para a perda do cargo. A perda do cargo do servidor estável depende do trânsito em julgado da decisão judicial (art. 41, § 1º, inc. I, da CF).

(b) Art. 41, § 1º, inc. II, da CF.

(c) Extinto o cargo, o servidor estável será posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (art. 41, § 3º, da CF).

(d) A CF não limita o prazo da disponibilidade, que subsistirá até o adequado aproveitamento do servidor estável em outro cargo (art. 41, § 3º, da CF).

(e) Para perda do cargo, a avaliação de desempenho deve ser periódica e na forma de lei complementar, assegurada, ainda, a ampla defesa (art. 41, § 1º, inc. III, da CF).

Para responder, tem que estudar: lei.

Gabarito: B

4. (Vunesp/DPE/RO/Defensor/2017) A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Aos seus servidores aplica-se a seguinte disposição:

- a) quando titular de cargo efetivo, é assegurado à servidora licença-maternidade com a duração de cento e vinte dias.
- b) ao titular de cargo efetivo é assegurada aposentadoria por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ainda que decorrente de acidente em serviço.
- c) não incidirá contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e pensão.
- d) quando titular de cargo efetivo, completadas as exigências para aposentadoria voluntária, poderá optar por permanecer em atividade, fazendo jus a um abono de permanência.
- e) quando ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, deverá ser facultada a sua participação no regime de previdência complementar.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) O prazo é de 180 dias (art. 20, § 12, da Constituição do Estado de Rondônia)

(b) Se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, a aposentaria por invalidez é integral (art. 40, § 1º, inc. I, da CF).

(c) Incide contribuição sobre aposentadorias e pensões que superem o teto do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos (art. 40, § 18, da CF).

(d) Art. 40, § 19, da CF.

(e) Ao servidor que ocupa apenas cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; cargo temporário ou emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social, sem previsão de regime complementar (art. 40, § 13, da CF).

Para responder, tem que estudar: lei.

Gabarito: D

1.2. Cargo em Comissão

5. (Vunesp/TJ/SP/Juiz/2015) O regime jurídico dos servidores públicos tem um amplo tratamento na Constituição federal, além de ser disciplinado em lei estatutária de cada ente da federação. Com relação ao regime geral dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) no direito brasileiro é possível que um não servidor público exerça função pública sem que o agente seja ocupante de cargo público em que tenha sido regularmente investido.
- b) um servidor aposentado pelo regime de previdência do setor público somente poderá acumular os proventos com a remuneração de cargo público se o cargo em que se aposentou e aquele posteriormente ocupado forem acumuláveis nos termos da Constituição.
- c) o servidor público estável só pode ser demitido a bem do serviço público após processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurado o amplo direito de defesa exercida por meio de advogado por ele constituído ou dativo.
- d) o servidor aprovado em concurso público, após adquirir estabilidade, só pode deixar de ocupar o cargo no qual foi investido por promoção, exoneração a pedido ou após regular processo administrativo disciplinar ou ainda quando requerer a aposentadoria, preenchidos os requisitos legais.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Os agentes de fato, mesmo sem terem uma investidura normal e regular, executam uma função pública em nome do Estado. Compreendem os agentes necessários e os agentes putativos. Agentes necessários são aqueles atuam em emergências como se fossem agentes de direito. Agentes putativos, por sua vez, são os que exercem atividade pública na presunção de que há legitimidade, embora sem investidura dentro do procedimento legalmente exigido (José dos Santos Carvalho Filho, Atlas).

(b) Além da hipótese do novo cargo público ser acumulável com o cargo em que seu a aposentadoria, o servidor aposentado pelo regime de previdência do setor público pode acumular seus proventos com a remuneração de cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, § 10, da CF).

(c) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição” (STF, Súmula Vinculante 5).

(d) O servidor público estável só perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º, da CF).

Para responder, tem que estudar: lei e jurisprudência.

Gabarito: A

2. ATOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Atributos/Elementos

6. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) Pode-se apontar como um dos requisitos, dentre outros, dos atos administrativos:

- a) a vinculação.
- b) a discricionariedade.
- c) o motivo.
- d) a faculdade.
- e) o caráter normativo.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

- (a) A vinculação não é requisito do ato administrativo.
- (b) A discricionariedade não é requisito do ato administrativo.
- (c) O motivo é um dos cinco requisitos do ato administrativo. Os outros quatro são: a competência, a forma, o objeto e a finalidade.
- (d) A faculdade não é requisito do ato administrativo.
- (e) O caráter normativo não é requisito do ato administrativo.

Para responder, tem que estudar: teoria/doutrina.

Gabarito: C

7. (Vunesp/PGM/Mogi_das_Cruzes/Procurador/2016) A Municipalidade de Mogi das Cruzes se depara com uma situação urgente, em que um imóvel se encontra em situação precária após a ocorrência de fortes chuvas, ameaçando ruir, sendo necessária a demolição a fim de evitar prejuízo maior para o interesse público. O Município pode realizar a demolição nesse caso, sem necessidade de intervenção judicial, pois o ato administrativo, em tais circunstâncias, é dotado do atributo da:
- a) presunção de veracidade.
 - b) tipicidade.
 - c) imperatividade.
 - d) autoexecutoriedade.
 - e) presunção de legitimidade.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) A presunção de veracidade diz respeito aos fatos utilizados pela Administração para fundamentar o ato administrativo, os quais se presumem verdadeiros, até prova em contrário, o que inverte o ônus da prova (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Atlas).

(b) Pela tipicidade, cada ato administrativo deve corresponder a um tipo previamente definido em lei (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Atlas).

(c) Pelo atributo da imperatividade, o ato administrativo se impõe ao terceiro, independentemente de sua vontade (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Atlas).

(d) A autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo que confere à Administração o poder de executar um ato, sem necessidade de intervenção judicial (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Atlas).

(e) Pela presunção de legitimidade, até prova em contrário, o ato administrativo presume-se em conformidade com a lei (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Atlas).

Para responder, tem que estudar: teoria/doutrina.

Gabarito: D

8. (Vunesp/Ipresb/Agente_Previdenciário/2017) Considere as seguintes afirmações acerca dos atributos dos atos administrativos.
- I. É o atributo pelo qual o ato produz efeitos imediatamente, até que, eventualmente, seja decretada sua invalidade pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.
 - II. É o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
 - III. É o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

Assinale a alternativa que associa, corretamente, a afirmação ao atributo do ato administrativo a que ela corresponde.

- a) tipicidade; exigibilidade; presunção de legalidade.
- b) autoexecutoriedade; presunção de legalidade; imperatividade.
- c) presunção de legitimidade e veracidade; tipicidade; autoexecutoriedade.
- d) exigibilidade; imperatividade; presunção de legalidade.
- e) presunção de legitimidade e veracidade; imperatividade; autoexecutoriedade.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(I) Corresponde ao atributo da presunção de legitimidade e veracidade.

(II) Corresponde ao atributo da imperatividade.

(III) Corresponde ao atributo da autoexecutoriedade.

Para responder, tem que estudar: teoria/doutrina.

Gabarito: E

2.2. Controle

9. (Vunesp/PGM/Alumínio/Procurador/2016) Com relação aos atos discricionários, pode-se afirmar corretamente que o controle judicial

- a) é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa.
- b) é possível somente nas hipóteses em que se verifica um excesso de poder.
- c) é possível, não existindo qualquer restrição ao Poder Judiciário.
- d) não é possível, pois se alicerçam na oportunidade e conveniência da Administração.
- e) é possível somente nas hipóteses em que se verifica um desvio de poder.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) O Poder Judiciário pode controlar a legalidade do ato discricionário, para verificar a observância das regras de competência, obediência à forma legal, respeito à finalidade pública, bem como reprimir o desvio ou abuso de poder etc. Em outros termos, é admitido ao Poder Judiciário sindicar os elementos do ato administrativo para os quais a lei não deixou nenhuma margem para atuação administrativa, mas deve-se preservar o espaço de liberdade, reservado por lei ao administrador, para avaliar os aspectos de oportunidade e conveniência do ato, sob pena de afronta ao princípio da separação de poderes.

(b) O controle judicial sobre o ato discricionário é cabível em qualquer caso de ilegalidade, não se restringindo às hipóteses de excesso de poder.

(c) O controle judicial sobre o ato discricionário não é irrestrito, pois deve respeitar o espaço discricionário reservado ao administrador.

(d) O Poder Judiciário pode controlar a legalidade do ato discricionário.

(e) O controle judicial sobre o ato discricionário é cabível em qualquer caso de ilegalidade, não se restringindo às hipóteses de desvio de poder.

Para responder, tem que estudar: teoria/doutrina.

Gabarito: A

10. (Vunesp/PC/CE/Inspetor/2015) A edição de um ato administrativo contrário ao sistema jurídico vigente é passível de:

- a) anulação pela Administração Pública ou revogação pelo Poder Judiciário.
- b) revogação pelo Poder Judiciário por razões de conveniência e oportunidade.
- c) anulação pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, respeitados os direitos adquiridos e os terceiros de boa-fé.
- d) convalidação pelo Poder Judiciário por razões de ilegalidade.
- e) convalidação pelo Poder Judiciário para respeitar os direitos adquiridos e os terceiros de boa-fé ou não.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) A anulação pressupõe ilegalidade. A revogação, por sua vez, pressupõe que o ato não mais atende ao interesse público, segundo critérios de conveniência e oportunidade. A anulação pode ser realizada pela Administração e pelo Poder Judiciário. A revogação, ao contrário, só pode ser promovida pela Administração. Não é admitido que o Poder Judiciário revogue ato administrativo. Logo, conclui-se que o ato administrativo ilegal deve ser anulado, não sendo adequado revogá-lo, ao passo que ato não mais conveniente e oportuno, mas não ilegal, é passível de revogação pela Administração.

(b) O Poder Judiciário não pode revogar ato administrativo, pois só a Administração pode realizar juízo de valor sobre sua conveniência e oportunidade.

(c) O ato administrativo ilegal é passível de anulação pela Administração e pelo Poder Judiciário.

(d) O Poder Judiciário não pode convalidar ato administrativo. Só a Administração pode fazê-lo, desde que o vício seja sanável e não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros (art. 55 da Lei 9.784/99).

(e) O Poder Judiciário não pode convalidar ato administrativo. Só a Administração pode fazê-lo, desde que o vício seja sanável e não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros (art. 55 da Lei 9.784/99).

Para responder, tem que estudar: lei e teoria/doutrina.

Gabarito: C

11. (Vunesp/PGM/Sertãozinho/Procurador/2016) Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o ato administrativo:

- a) em certos atos, denominados vinculados, a lei permite ao agente proceder a uma avaliação de conduta, ponderando os aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática do ato.
- b) a Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) é defeso ao Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo, cabendo-lhe unicamente examiná-lo sob o aspecto de sua legalidade, isto é, se foi praticado conforme ou contrariamente à lei.
- d) a revogação também pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados, que poderão utilizar, para esse fim, as ações ordinárias e especiais previstas na legislação processual.
- e) anulação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, respeitando os efeitos já produzidos pelo ato, precisamente pelo fato de ser este válido perante o direito.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Essa alternativa traz o conceito de discricionariedade.

(b) Atos ilegais devem ser anulados; não revogados.

(c) O Poder Judiciário pode controlar a legalidade do ato discricionário, para verificar a observância das regras de competência, obediência à forma legal, respeito à finalidade pública, bem como reprimir o desvio ou abuso de poder etc. Em outros termos, é admitido ao Poder Judiciário sindicar os elementos do ato administrativo para os quais a lei não deixou nenhuma margem para atuação administrativa, desde que seja preservado o espaço de liberdade, reservado por lei ao administrador, para avaliar os aspectos de oportunidade e conveniência do ato, sob pena de afronta ao princípio da separação de poderes.

(d) O Poder Judiciário não pode revogar ato administrativo, pois só a Administração pode realizar juízo de valor sobre sua conveniência e oportunidade.

(e) A anulação, por pressupor vício de ilegalidade, não é ato discricionário, mas sim vinculado.

Para responder, tem que estudar: teoria/doutrina.

Gabarito: C

12. (Vunesp/Ipresb/Analista_Previdenciário/2017) Robertson, passando-se por um funcionário público, praticou ato que, em tese, seria um ato administrativo. Nessa hipótese, pode-se afirmar que o ato praticado por Robertson é

- a) inexistente.
- b) nulo.
- c) anulável.
- d) imperfeito.
- e) inválido.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a, b, c, d, e) O particular, ao se passar por funcionário público, usurpou função, que é a prática de ato por quem não foi por qualquer modo investido no cargo, emprego ou função. Na usurpação de função, a pessoa se apossa, por conta própria, do exercício de atribuições próprias de agente público, sem ter essa qualidade. Segundo a doutrina majoritária, o ato praticado por usurpador de função, é inexistente. A usurpação de função não se confunde com a função de fato, que ocorre quando a pessoa que pratica o ato está irregularmente investida no cargo, emprego ou função, mas a sua situação tem toda aparência de legalidade (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Atlas).

Para responder, tem que estudar: teoria/doutrina.

Gabarito: A

2.3. Espécies

13. (Vunesp/PC/CE/Delegado/2015) São atos administrativos ordinatórios, entre outros:

- a) os decretos, os despachos, os regimentos e as resoluções.
- b) os despachos, os avisos, as portarias e as ordens de serviço.
- c) os decretos, as instruções, os provimentos e os regimentos.
- d) as instruções, as deliberações, as portarias e os regulamentos.
- e) os regulamentos, as instruções, os regimentos e as deliberações.